

Domingo, 30 de julho de 2023

A campanha salarial de 2024 já começa agora

O começo do ano de 2023 foi marcado por recomeços. Na política nacional, nós saímos de 4 anos tenebrosos para o serviço público, que ficou sem reajuste ou sequer pôde ser ouvido. Foi preciso muita coragem e determinação para a nossa categoria fazer a greve que fizemos no ano passado e resistir da forma que resistimos. Mas apesar de toda a luta não tínhamos muita oportunidade para reclamarmos as pautas que queríamos discutir. Esse ano tudo mudou. E é preciso sempre lembrar antes de qualquer outra coisa.

No último dia 11 de Julho, Os Fóruns Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado) apresentaram, de forma conjunta, ao Secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, José Lopes Feijóo, a lista de demandas para a campanha salarial dos Servidores Públicos Federais em 2024. A intenção desse documento é colaborar para o melhor desenvolvimento das discussões na Mesa Nacional de Negociação Permanente – MNPN.

Na ocasião, os representantes sindicais destacaram temas como a jornada de trabalho (IN 02/18); desconto de greve e possibilidade de compensação (IN 54); licença para desempenho de mandato classista; consignação sindical (Decreto 10.328/20 e Portaria 209/20); cargos extintos (Decreto 9262/18 e Decreto 10.185/19); PNDP (Decreto 9.991/19); centralização de aposentadorias (Decreto 10.620/21); reforma Administrativa (PEC 32/20) e concursos (PL 252/23).

Apesar do presidente da Câmara, Arthur Lira, continuar defendendo a PEC-32, os representantes do governo reafirmaram a disposição em arquivar a proposta. Afirmaram ainda que irão suspender o Decreto 10.620/21 que transferiu a gestão das aposentadorias de servidores para o INSS. A intenção do governo Lula é a

de criar um órgão gestor para coordenar todos os aposentados e pensionistas da Lei 8.112/90, que hoje somam mais de um milhão no Executivo Federal em todo o Brasil. Número que supera o de servidores ativos, devido à falta de concursos nos últimos anos.

Também entrou na pauta a regulamentação da Negociação Coletiva no setor público (Convenção 151). Durante a reunião, os representantes dos(as) servidores(as) receberam a informação de que o texto de um decreto está sendo debatido na Casa Civil e, em breve, as centrais sindicais devem ser chamadas para fechar a proposta antes do presidente Lula enviar ao Congresso Nacional.

Toda a pauta econômica dos(as) servidores(as), incluindo o reajuste salarial, será tratada na próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação, confirmada para o dia 4 de agosto. A proposta dos servidores é de reajustes entre 39,82% a 53,05% que seriam escalonados em três anos (2024 a 2026), a partir de 1º de janeiro de 2024.

Existe uma preocupação para que o processo avance, já que há um prazo até o final de agosto para que seja definido o espaço orçamentário que deve ser dado ao funcionalismo para o próximo ano. Caso o governo conceda esses reajustes, os servidores e servidoras voltarão a ter o mesmo poder de compra que tinham em julho de 2010, quando o presidente Lula cumpria seu segundo mandato.

Se o ano de 2023 foi marcado até aqui por recomeços e reabertura de diálogos, a perspectiva é que 2024 seja marcado por realizações mais contundentes e melhorias significativas para todo o funcionalismo público brasileiro. O Sindsprev-PE permanecerá participando ativamente das negociações e informando à toda a nossa categoria sobre tudo o que for discutido e avançado.